



MEMÓRIA E ANCESTRALIDADE EM POEMAS DE *METADE CARA*, *METADE MÁSCARA*, DE ELIANE POTIGUARA

MEMORY AND ANCESTRALITY IN POEMS OF *METADE CARA*, *METADE MÁSCARA*, BY ELIANE POTIGUARA

Débora Francisca de Lima¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é investigar de que forma a memória e a ancestralidade estão experimentadas nos poemas “Invasão”, “Terra” e “Na trilha da mata”, que integram a obra híbrida *Metade cara, metade máscara*, de Eliane Potiguara, e como a violência está imbricada com a categoria de silenciamento. Como propõe Bezerra (2007), Potiguara intenta denunciar a prática de exclusão infiltrada no cotidiano por meio de seus poemas, o que faz com que o leitor reflita sobre a situação de dominação vivenciada pelos indígenas. Trazendo um recorte das histórias desses povos, Potiguara representa em seus poemas a história da diáspora dos povos originários, desconstruindo a ideia eurocêntrica de submissão e conformismo contemporâneo, pelos rastros de memórias de seus antepassados presentificados em sua escritura. A pesquisa bibliográfica e interpretativa será desenvolvida tendo como base a análise dos poemas, de modo a mostrar a realidade da diáspora indígena, numa visão ampla do olhar feminino. Mulheres indígenas são protagonizadas na voz de escritoras como Potiguara, que contribui para a recontação das histórias de seus povos, ressaltando em sua escrita a importância das mulheres na construção dessas histórias. O aparato teórico-crítico se constituirá de textos de escritores que se dedicam ao estudo do olhar feminino, como Bezerra (2007) e Rago (2013); ao estudo de etnias marginalizadas historicamente, como Graúna (2013) e Krenak (2019); e também ao estudo da memória e da história, como Seligmann-Silva (2016), entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: poesia indígena; memória; ancestralidade; violência.

¹ Mestranda em Estudos Literários pela Universidade Federal de Uberlândia, deborafanlima@yahoo.com.br.

ABSTRACT

The aim of this work is to investigate how memory and ancestry are experienced in the poems “Invasão”, “Terra” e “Na trilha da mata”, which are part of the hybrid work *Metade cara, metade máscara*, written by Eliane Potiguara, and how violence is intertwined with silencing. As proposed by Bezerra (2007), Potiguara intends to denounce the practice of exclusion, infiltrated in everyday life, which makes the reader reflect on the situation of domination experienced by the indigenous people. Bringing a cut of the stories of these peoples, Potiguara represents in her poems the history of the diaspora of the original peoples, deconstructing the Eurocentric idea of submission and contemporary conformism, by the traces of memories of their ancestors present in her writing. The bibliographical and interpretative research will be developed based on the analysis of the poems, thus contributing to show the reality of the indigenous diaspora, in a broad view of the female gaze. Indigenous women are the protagonists in the voice of writers like Potiguara, who contributes to recounting the stories of their peoples, emphasizing in her writing the importance of women in the construction of these stories. The theoretical-critical apparatus will consist of texts by writers who are dedicated to the study of the female gaze, such as Bezerra (2007) and Rago (2013); the study of historically marginalized ethnic groups such as Graúna (2013) and Krenak (2019); and to the study of memory and history, as Seligmann-Silva (2016), among others.

KEYWORDS: Indigenous poetry; memory; ancestry; violence.

Introdução

Neste artigo, procuramos compreender, a partir da leitura dos poemas “Invasão”, “Terra”, “Na trilha da mata”, que integram a obra *Metade cara, metade máscara*, de autoria de Eliane Potiguara, de que forma a memória e a ancestralidade estão presentes nos processos diaspóricos dos povos originários, pelo olhar feminino de Potiguara. Propomos, também, refletir, por meio da análise dos poemas, como a categoria violência está imbricada com a tentativa de silenciamento dos povos indígenas.

A literatura de autoria indígena é recente no Brasil. Ela ganha força a partir de 1980 com projetos que envolvem letramento e produção de materiais didáticos para as escolas. Essa manifestação literária de um grupo social subalternizado traz a força da ancestralidade nas histórias contadas pelos próprios indígenas e denuncia a situação de precariedade à qual são submetidos, bem como a violência experienciada por seus antepassados e ainda presente na sociedade brasileira.

Os escritores indígenas também discorrem sobre a devastação da natureza e os embates vivenciados para a demarcação de suas terras. Apesar de todas essas questões problematizadas em vários escritos indígenas, ainda perdura o problema do preconceito e racismo com relação a essas literaturas. Graça Graúna (2013, p. 55), por exemplo, discorre sobre a invisibilidade dessa produção literária: “No cânone, essa literatura não aparece mencionada; seu lugar tem sido, até agora, a margem. Poucos se dão conta de sua pulsação.”

Os deslocamentos compulsórios, a tentativa de apagamento dos povos originários, de suas línguas, de sua cultura, a objetificação do seu corpo reverberam nas marcas de exclusão. No entanto, podemos perceber que os indígenas resistem pela escrita literária a essa forma de exclusão. Por meio da ancestralidade e da escrita, na textualização de suas vivências individuais e coletivas, produzem um movimento de escrita de resistência.

Essas produções literárias de intelectuais indígenas, pela variedade de expressões de vozes e subjetividades, apresentam diferenciações. Essas especificidades surgem da diáspora indígena e se constituem como fissuras, que podem ser compreendidas de um modo singular na literatura denominada indígena, por seus traços diferenciados da literatura canônica. Nessa eclosão de escritores indígenas, há um movimento de redescoberta do Brasil, numa dinâmica social específica em que se tornam enunciadores.

Eliane Potiguara compôs sua obra híbrida *Metade cara, metade máscara* entre 1975 e 2003, marcada pela presença de narrativas, ensaios e poemas. Percebemos, na poética de Potiguara, que a voz indígena não emudece. A poeta entra em contato com a ancestralidade e a memória, que se tornam forças propulsoras do seu fazer literário.

Percebe-se, nesse livro de Potiguara, uma cosmovisão étnica. Ela é pioneira de uma nova prática da escrita, pautada em parâmetros autobiográficos, como propõe Rago (2013), em que o olhar da mulher indígena engendra o processo composicional da escrita. Há relatos de sua infância, da importância das mulheres de sua família para sua formação, principalmente de sua avó, que lhe trouxe as histórias de seus povos, fazendo-a percorrer pelo caminho de sua ancestralidade e lhe proporcionando a descoberta da escrita, uma vez que escrevia cartas para sua avó, que era analfabeta. Nessa obra, há também narrativas que servem como aporte teórico e nas quais a escritora discorre sobre temáticas como invasões, migrações, violências e suas consequências. Há ainda nela relatos sobre seu ativismo político e fatos históricos vivenciados na luta pelas causas indígenas.

A poesia está presente em toda a obra como, por exemplo, na narrativa da separação e do reencontro do casal Jurupiranga e Cunhataí, separados durante quinhentos anos devido à colonização. O casal Jurupiranga e Cunhataí transporta-nos a uma viagem de quinhentos anos de colonização e denuncia a escravidão, os maus tratos, a violência sofrida por esses povos. Trata-se de uma poética em que são mostrados os deslocamentos, os movimentos de uma travessia atemporal. A dor da separação, as angústias, a solidão e a esperança se irmanam numa poética fluida, de resiliência, resistência e denúncia.

Outro aspecto trabalhado na literatura indígena, de que a obra de Eliane Potiguara é exemplo, é a territorialidade. Como afirmam Almeida e Queiroz (2004, p. 198), “as várias literaturas indígenas servem-se da territorialidade”. A terra, o corpo, a ancestralidade são territórios indígenas. Os trechos da escrita, as vozes transcritas podem ser considerados um pedaço de terra que é desapropriada e apropriada. Eliane Potiguara é um caso de desaldeamento.

Após seu avô ser morto, toda a família migrou para o Rio de Janeiro. Potiguara, portanto, não chegou a vivenciar a aldeia. Como denúncia desse desaldeamento, em sua poética, a aldeia é o seu próprio corpo, como se verifica nos versos: “Ah! Já não tenho minha aldeia/ Minha aldeia é Meu Coração ardente/ É a casa de meus antepassados/ E do topo dela eu vejo o mundo” (POTIGUARA, 2019, p. 152).

Nesses textos, a lógica hegemônica é quebrada, uma vez que a mulher indígena é a enunciadora de sua escrita e a autora da sua própria história e da história de seus povos. Por meio do movimento literário que se faz a partir da escrita de autoria indígena, garante-se esse protagonismo aos povos originários, sendo a literatura um dos instrumentos para a possibilidade de romper com o silenciamento a que esses povos foram submetidos.

Poema “Invasão” – rastros da colonização

No poema “Invasão”, de Eliane Potiguara, há um efeito mnemônico. A desumanização se faz presente desde o momento em que o português atracou no Brasil e se utilizou da categoria violência e da divisão racial para dizimar e violentar negros e indígenas, numa ótica patriarcal eurocêntrica e colonial. Eliane Potiguara utiliza-se da voz poética para a reescritura de uma narrativa há séculos conhecida, mas trilhando um outro caminho em que a voz do indígena desponta. Eis o poema na íntegra:

Invasão

Quem diria que a gente tão guerreira
Fosse acabar um dia assim na vida.

Quem diria que viriam de longe
E transformariam teu homem
Em ração para as rapinas.

Quem diria que sobre os escombros
Te esconderias e emudecerias teu filho – fruto do amor.

Cenário macabro te é reservado.
Pra que lado tu corres,
Se as metralhadoras e catanas e enganos
Te seguem e te mutilam?

É impossível que mulher guerreira
Possa ter seu filho estrangulado
E seu crânio esfacelado!

Quem são vocês que podem violentar
A filha da terra
E retalhar suas entranhas? (POTIGUARA, 2019, p. 33)

O termo “invasão” remete à atitude violenta de apropriação e substitui a suposta neutralidade do termo colonização. Segundo Maldonado-Torres (2019), a conquista da América representou uma catástrofe demográfica e também metafísica, uma vez que houve um colapso na relação com o outro. O genocídio e a escravização do indígena e do negro fazem parte da categoria violência, intrinsecamente relacionada ao colonialismo e problematizada no poema. Rememora-se a vivência dos antepassados. A violência é uma espécie de elemento de herança, que passa de geração em geração. Há uma ideia de que os brancos europeus tinham o direito de colonizar o resto do mundo. No livro *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019), Krenak critica essa ideia de superioridade dos brancos:

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar na Terra, uma certa verdade, ou de uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história (KRENAK, 2020, p. 11).

É a perplexidade do indígena no primeiro e segundo versos que inaugura o poema “Invasão”. O olhar do indígena é de desolação ao ver seu povo sofrendo os efeitos da invasão pelo homem branco, que se impôs nas terras habitadas pelos indígenas. O eu poético refere-se ao que aconteceu, ao mesmo tempo que se tem também uma ideia de perpetuação. A violência é reiterada toda vez que os direitos dos indígenas são negligenciados. Pode-se perceber o eu poético, com perplexidade, no primeiro verso do poema, por meio da expressão “quem diria” e da utilização do verbo “acabar”, expondo como aconteceu o processo violento de tentativa de aniquilação dos indígenas.

A perpetuação da violência, que vai de encontro à mãe indígena, começa pela morte dos seus filhos, exemplificada na quinta estrofe. Na sexta estrofe, a violência é mostrada pelo estupro. Como a mulher indígena metaforiza a própria terra, violentar a mulher indígena é como violentar a Terra-Mãe. Segundo a pesquisadora Heliene Rosa da Costa (2020, p. 26), o ventre gerador da mulher indígena identifica-se à Terra-Mãe. A memória da violência está presente na vida dos antepassados e perpetua na vida da mãe, que tem seus filhos mortos e seu corpo violado. Nesse sentido, pode-se ver essa memória não como individual, mas como coletiva, em que os casos de violência contra os indígenas se perpetuam, constituindo-se uma memória não plena, conforme Pêcheux:

uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos (PÊCHEUX, 2007, p. 56).

Na segunda estrofe, o eu poético focaliza o invasor, que veio de longe, e questiona à mulher indígena se ela imaginaria que seu homem seria reduzido à “ração”, termo utilizado para demonstrar que há uma objetificação do indígena. Eliane Potiguara vai de encontro a essa ideia de objetificação dos povos originários, conferindo-lhes protagonismo. São povos que têm como referencial “a tocha de ancestralidade” (2019, p. 97). Há, com isso, uma percepção intuitiva, uma valorização da cultura, da tradição e da cosmovisão indígena.

Trata-se de um outro olhar para a História, não a dos livros didáticos a respeito da colonização que, com a pretensão de serem o registro dos fatos objetivamente, defendem a ideia de neutralidade. Ao reportar-se a um tempo outro, mas com a visão de hoje, o passado e o presente transitam, os embates são inevitáveis porque, mesmo após a descolonização, ainda persiste a visão de colonialidade que deve ser questionada. Em meio às polarizações, é necessário encontrar o caminho do meio, ter o corpo aberto, e não refutar o que é novo, porque ainda é desconhecido. O olhar indígena sobre a invasão é um olhar de quem ouviu os relatos de seus antepassados. Esse olhar diferenciado para a História é um olhar que questiona, que se nega a aceitar uma História dita como neutra. Sobre essa suposta neutralidade da história, a reflexão de Seligmann-Silva é significativa:

não existe uma História neutra; nela a memória, enquanto uma categoria abertamente mais afetiva de relacionamento com o passado, intervém e determina em boa parte os seus caminhos. A memória existe no plural: na sociedade dá-se constantemente um embate entre diferentes leituras do passado, entre diferentes formas de “enquadrá-lo” (SELIGMANN-SILVA, 2016, p. 67).

Após a invasão, explicitamente colocada como título do poema de Potiguara e implicitamente presente como consequência de tudo o que sobreveio sobre os povos indígenas, tem-se a ideia de objetificação, como dissemos. Há um deslocamento da figura de guerreiro para a de “ração para as rapinas”, como se verifica nos versos da segunda estrofe: “Quem diria que viriam de longe/ E transformariam teu homem/ Em ração para as rapinas”. A anáfora “Quem diria” é repetida na segunda e terceira estrofes, e a ideia de perpetuação de perda é ratificada na figura do filho, que é emudecido pela mãe para defendê-lo do invasor, o que pode ser exemplificado com os versos da terceira estrofe: “Quem diria que sobre os escombros/ Te esconderias e emudecerias teu filho – fruto do amor”. A atualização do tempo e da dor aparece com a inserção do vocábulo “metralhadoras”, no décimo verso do poema: “Cenário macabro te é reservado/ Pra que lado tu corres/ Se as metralhadoras e catanas e enganos/ Te seguem e te mutilam?” A morte por metralhadora é a morte dos tempos modernos.

Trata-se de uma escrita, segundo Bezerra (2007, p. 59), “que se assume como testemunha de uma pluridiscursividade da história, denunciando ambiguidades, silêncios e leituras unilaterais”. A imagem construída é de dor, mas não de perplexidade, porque o eu poético questiona: “Quem são vocês que podem violentar/ A filha da terra/ E retalhar suas entranhas?”

O passar do tempo histórico não foi suficiente para modificar a causa da morte, a história se repete, a memória dos antepassados é reatualizada pela morte violenta dos seus sucessores, e a voz poética de Eliane Potiguara retoma essa realidade – o que pode nos remeter a Paul Zumthor (2014, p. 139) sobre a importância da voz poética: “A voz poética assume a função coesiva e estabilizante sem a qual o grupo social não poderia sobreviver”.

A violência da invasão urbaniza-se nos ataques contra os indígenas de hoje. Há uma antecipação do que o indígena vivenciará, expressa no oitavo verso com a utilização do termo “macabro”, que compõe o cenário no qual o indígena está inserido. O invasor continua perpetuando a violência das agressões na modernidade, e o texto poético ressoa como um grito de denúncia.

Como a perda é continuada, a história do indígena é uma história de perpétua aniquilação. Na quarta estrofe, a imagem da aniquilação do corpo pode ser também visualizada na tentativa da aniquilação da tradição indígena, uma vez que há duplamente a violência, sintetizada na estrangulação e no esfacelamento do crânio do filho. Com isso, elimina-se a geração vindoura.

A quinta estrofe é encerrada com um ponto de exclamação, sinal gráfico que pode denotar surpresa, indignação, susto. Optando-se pela exclamação, percebe-se que não há finalização, não há um ponto final que encerre a agressão, como também não há questionamento. Potiguara revive em sua poética algo que não deve se esquecer, pois não pode ser negligenciado. Essas são as memórias que são retomadas pelos indígenas em sua ancestralidade, fazendo com que se sintam parte de uma mesma luta, independentemente de quais aldeias façam parte, ou em qual tempo. Trata-se do dever de memória, de não negligenciar o que foi herdado dos antepassados, tal como nos mostra Ricouer sobre como acontece esse dever de memória:

O dever de memória é o dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não o si. [...]. O dever de memória não se limita a guardar o rastro material, escrito ou outro, dos fatos acabados, mas entretém o sentimento de dever a outros, que não são mais, mas já foram. Pagar a dívida, diremos, mas também submeter a herança a inventário (RICOEUR, 2007, p. 101).

Ao escrever sobre seu povo, Potiguara discorre sobre suas origens, seus antepassados. É esse “dever de memória” que mantém as histórias ancestrais atualizadas no presente, que mantém as crenças, tradições, ensinamentos que são recontados nas histórias orais e escritas. A literatura é um local por excelência para problematizar o que está acontecendo no mundo, por meio de escritas diversas, numa atitude democrática, aberta às interpretações e questionamentos, uma vez que vivemos em diversidade. Essa visão coaduna-se com Mignolo (2020) a respeito da diversidade enquanto projeto universal. O exercício da alteridade deve ser uma constante no trabalho do pesquisador, que deve ir além dos “vernizes” muitas vezes presentes na academia. As histórias de discriminação, opressão, assassinatos, invasões, desaldeamentos, tentativas de extermínio de povos indígenas, como de suas culturas, fazem parte da categoria da violência irmanada à colonização.

Contemporaneidade e ancestralidade no poema “Terra”

O amor do casal Jurupiranga e Cunhataí perpassa toda a obra poética de *Metade cara, metade máscara*. O poema “Terra” compõe a última parte da trajetória de Jurupiranga, que foi separado de Cunhataí pela colonização. O amor desse casal representa a simbologia ameríndia em que se demonstra a trajetória da diáspora indígena com a migração forçada e o esfacelamento das aldeias, por meio da violência do homem europeu e da tentativa de apagamento das memórias ancestrais. O retorno de Jurupiranga significa não somente o reencontro com Cunhataí, mas o resgate das referências culturais indígenas. A história do casal é atemporal e o movimento é de travessia. Esse atravessar revela a esperança, o caminho para a reconstrução, ao contrário da visão hegemônica de aniquilação do corpo indígena. Eis o poema:

Terra

Quando eu vi as araras
seus rabos azuis azul-real
só pôde bater forte o meu coração amante
pela minha terra verdinha.

Eram araras de todos os tamanhos
de tantos gritos
de tantos gestos
e bailavam pelos ares
dando mil voltas e gracejos.
Elas beijavam e conversavam
como os casais românticos
que juram amor eterno.
Eu te vi arara querida
VERDE – AMARELA – AZUL E BRANCA!
Te vi voando
solta
livre
pelos ares.
Eras tu mesma minha
terra querida! (POTIGUARA, 2019, p. 148)

O personagem Jurupiranga adentra sua aldeia e vê sua nação indígena refeita. Tudo isso acontece a partir da força da consciência do seu povo. Contextualmente, pode-se dizer que o poema foi produzido a partir de uma inspiração, no despertar de Jurupiranga, que acordou com a melodia do Hino Nacional Indígena. Construído por meio de imagens, no poema, a arara representa a brasilidade, já que ela tem as cores da bandeira do Brasil, que estão grafadas em caixa alta: “Eu te vi arara querida/ VERDE – AMARELA – AZUL E BRANCA!” A imagem poética também se faz pela visão que podemos ter do voo da arara, pela qualificação da terra “verdinha”, como nos versos: “Quando eu vi as araras/seus rabos azuis azul-real/ só pôde bater forte o meu coração amante/ pela minha terra verdinha.” A harmonia entre a natureza e os povos

indígenas pode ser percebida no sexto verso da segunda estrofe, em que as araras e os casais indígenas enamorados comportam-se do mesmo modo em suas juras de amor.

É importante ressaltar, no poema, essa imagem de integração entre a natureza e o indígena. O indígena Jecupé (2020, p. 19) discorre sobre a essência indígena e como ele teceu e desenvolveu sua cultura e sua civilização intimamente ligado à natureza. É a partir da natureza que medram suas cosmologias e sociedades, que nascem e se desenvolvem as experiências, vivências e interações com os elementos naturais. Essas são as diversidades de características e formas de relação do indígena com a natureza, que propiciam o florescimento das etnias, das variedades de línguas e costumes.

Essa exaltação da natureza, da convivência harmônica entre o homem e a natureza, explicitada nos versos de Potiguara, poeta contemporânea, já esteve presente no Romantismo, estilo de época que perdura do século XVIII ao XIX. À época, essa exaltação da natureza brasileira era nomeada de ufanismo. Essa característica do Romantismo é retomada pela poeta Eliane Potiguara, uma indígena cidadina. Com isso, podemos notar que sua formação acadêmica está refletida em sua escritura, assim como sua movimentação política. Mas é importante ressaltar que, embora a construção do poema apresente traços comuns a outras obras românticas, devemos analisar a escrita de Potiguara a partir do seu olhar sobre a criação poética que engloba a diversidade.

Falando-se em diversidade, podemos relacioná-la à importância da interculturalidade proposta por Canclini (2004). Segundo ele, a interculturalidade abarca em seu bojo dois aspectos: a continuidade dos pertencimentos étnicos, grupais e nacionais, como também o acervo transnacional. A visão de conhecimento perpassa a socialização na aprendizagem em que estão presentes as diferenças. A diferença e a conexão são articuladas e, com isso, abrange-se o conhecimento do outro. Pode-se perceber que Potiguara concilia passado e presente, objetivando a harmonia e a união dos povos. Na finalização do capítulo seis de *Metade cara, metade máscara*, após o hino criado, a voz poética afirma que o hino foi acompanhado de uma orquestra de chocalhos e vozes de meninas indígenas. Com isso, temos a junção de um hino escrito por brancos, mas acompanhado de instrumentos e vozes indígenas. Reúnem-se, aqui, duas tradições. Como afirma Olivieri-Godet, também ao tratar do texto de Eliane Potiguara:

A alegoria do retorno de Jurupiranga ultrapassa a dicotomia ameríndio/sociedade brasileira, por meio da figuração de um espaço intersticial no qual os aspectos tradicionais das culturas ameríndias convivem com elementos da cultura brasileira em processo de contaminação recíproca (OLIVIERI-GODET, 2020, p. 44).

Pelo excerto citado, a relação entre indígena e sociedade é recomposta. A obra de Eliane Potiguara estabelece a relação entre contemporaneidade e ancestralidade. Trata-se de uma

mulher indígena cidadina que reivindica sua origem indígena, adotando o nome de seu povo Potiguara, portanto, vai ao encontro de sua ancestralidade.

A essência indígena faz-se de ancestralidade. Apesar da efemeridade do corpo, há o traço de ancestralidade que é passado além. Esse levar consigo essa essência do passado pode também ser visto em Krenak. Segundo ele, os ancestrais não são só a geração que os antecedeu, mas uma grande corrente de seres que já passaram por aqui, que, no caso da nossa cultura, foram os continuadores de ritos, de práticas, da tradição indígena: “Cantando/ Dançando/ Passando sobre o fogo/ Seguimos num contínuo/ O rastro dos nossos ancestrais” (KRENAK, 2019, p. 29).

Recontar a história da colonização em uma obra literária contemporânea é um modo de fazer com que essa história não seja esquecida nem negligenciada. E, embora a colonização já não exista historicamente, a colonialidade (QUIJANO, 2005) é entendida como a mentalidade colonial, que ainda persiste, uma vez que indígenas são continuamente discriminados. A decolonialidade pode construir caminhos outros para problematizar a colonialidade no contemporâneo. É possível decolonizar levando-se em conta a alteridade para a construção de múltiplas leituras. É o que faz a literatura indígena contemporânea, de autores representativos como Ailton Krenak, Daniel Munduruku, Márcia Kambeba, Graça Graúna e a pioneira Eliane Potiguara. Esses escritores abrem fissuras na literatura considerada canônica, propondo uma outra visão, potencializada nas histórias contadas pelos antepassados. Trata-se de uma literatura de resgate de memórias, que, segundo Bezerra (2007, p. 44), consiste em um “projeto de resgate do passado [que] baseia-se numa forma de olhar que se esforça por captar os elementos normalmente trivializados, por opor-se a leituras equivocadas, ou por desnudar aspectos ‘esquecidos’ pelos discursos dominantes”.

Cada vez mais escritoras e escritores indígenas reivindicam o direito de serem ouvidos, o direito de contarem a história sob outro viés que não seja do colonizador.

Poesia de resistência – na contramão da escrita canônica

Eliane Potiguara, assim como diferentes autores indígenas, utilizam-se da literatura como um recurso para a circulação de suas cosmovisões das culturas de pertencimento. Mesmo levando-se em conta que há diferenciações quanto ao estilo individual de cada autor, além das diferenças étnicas, que podem ser percebidas em suas escritas, eles têm em comum a literatura como um instrumento de resistência.

Graça Graúna (2013, p. 11) questiona o papel da literatura e da crítica literária. A autora questiona também a contribuição da literatura e dos estudos literários em ligação com a ecocrítica pós-colonial no intuito de compreender o mundo e a realidade. Todos esses questionamentos de Graça Graúna são respondidos pela escritora, que ressalta a importância de a literatura ser um espaço de pluralidades, com escritores multiétnicos. Por isso, é importante ressaltar o lugar de

“negociação” ocupado pela literatura, em que o olhar é múltiplo e há o respeito pela pluralidade. Segundo Graúna (2013, p.11): “Como encruzilhada onde discursos e visões em conflito e competição se encontram e entram num equilíbrio muitas vezes precário e contraditório, a literatura constitui um lugar no qual diferentes valores, mitos, histórias e traduções estão sendo negociados.”

O escritor Ailton Krenak, em sua obra *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019), discorre sobre a ideia equivocada de os europeus acharem que são superiores e podem, assim, colonizar o mundo. A partir dessa provocação, o escritor reflete sobre a humanidade, o distanciamento cada vez maior da terra. Segundo ele, os núcleos que ainda “são agarrados” a essa terra são os países meio esquecidos, habitantes das bordas, como África, Ásia e América Latina. As línguas indígenas também estão na “periferia da humanidade” e os idiomas originais de pequenos grupos são extinguidos. Ele refere-se à humanidade como especialista em criar ausências, uma sociedade que consome a natureza da mesma forma que consome as subjetividades. Krenak também discorre sobre as diferenças como algo positivo:

Definitivamente, não somos iguais, e é maravilhoso saber que cada um de nós que está aqui é diferente do outro, como constelações. O fato de podermos compartilhar esse espaço, de estarmos juntos viajando não significa que somos iguais; significa exatamente que somos capazes de atrair uns aos outros pelas nossas diferenças, que deveriam guiar o nosso roteiro de vida. Ter diversidade, não é isso de uma humanidade com o mesmo protocolo. Porque isso até agora foi só uma maneira de homogeneizar e tirar nossa alegria de estar vivos (KRENAK, 2019, p. 33).

A obra de Eliane Potiguara apresenta uma escrita poética literária que se diferencia da tradição da literatura brasileira. Uma marca dessa diferenciação em sua escrita pode ser vista pelo modo como seu texto é estruturado. Segundo Olivieri-Godet (2020, p. 11-12), a multiplicidade de gêneros literários a que muitas escritoras indígenas recorrem, assim como a tendência de ultrapassar suas fronteiras, seria o princípio da politextualidade. É a escrita que traz as marcas dos gêneros textuais tradicionais da literatura indígena como também inova na representação do tempo, utilizando-se da hetero-temporalidade como estratégia de decolonização.

Segundo a escritora, a hetero-temporalidade acontece quando “escritoras tiram proveito de sua situação liminar: enraizada em sua herança ancestral e, ao mesmo tempo, aberta às formas artísticas da contemporaneidade imediata” (OLIVIERI-GODET, 2020, p. 12). Acreditamos que essa conceitualização seja capaz de abranger a obra de Potiguara, uma vez que seu texto apresenta-se híbrido. Há, em seu texto, como dissemos, a presença de ensaios, poemas, textos narrativos em que ela amalgama a contação de histórias sob a perspectiva da mulher indígena por meio da criação literária.

Pode-se perceber em sua obra que há tanto referências étnicas transmitidas por sua avó por meio da contação oral de histórias sobre a migração, as terras tradicionais, a vida dos seus

povos, como também a formação institucionalizada que recebeu desde pequena. A respeito da contação de histórias e sua importância na obra de Eliane Potiguara, podemos citar Smith (2018, p. 49): “Contar nossas histórias a partir do passado, reivindicar o passado, dar testemunho das injustiças pretéritas, são todas estratégias comumente empregadas pelos povos indígenas que lutam por justiça.” Eliane Potiguara, escritora indígena pioneira, retoma parte da História de seu povo por meio da tradição oral, em um gênero politextual. Krenak (2019, p. 11), na apresentação da edição de 2018 de *Metade cara, metade máscara*, afirma que a escrita de Potiguara é seu ponto de batalha, ela caça sonhos “nas dobras do tempo memória”, seus saberes buscam escutas. É nessas “dobras do tempo memória” que a escritora retoma as histórias ancestrais.

Potiguara também deixa claro em sua poética que o importante é escrever sobre sua história e não se limita aos preceitos canônicos, não se curva ao projeto literário global. Ela subverte preconceitos étnicos, de gênero, sociais, que relega os indígenas a um lugar subalternizado, inferior. Nesse sentido, sua obra está ligada ao processo de decolonialidade, uma vez que a escritora não se submete à História única, à ideia de inferioridade imposta pelos colonizadores.

Refletindo sobre a colonização, Mignolo (2020, p. 89) afirma que o Ocidentalismo foi uma construção transatlântica, uma vez que concebeu as Américas como uma continuação da Europa. Esse Ocidentalismo sustentou-se no imaginário dominante do sistema mundial moderno, que foi reproduzido nas Américas como um modelo europeu. A submissão ao modelo europeizado, a dependência cultural são modos de subalternização. No poema metalinguístico “Na trilha da mata”, por exemplo, Eliane Potiguara enfatiza essa produção poética insubmissa às normativas, consideradas canônicas:

Não me importo
Se o que escrevo
São ilusões
Não me importo
Se o que escrevo
Não são versos,
Rimas
Redondilhas...
Não me importo
Se dizem que não trabalho
Sou vagabunda da vida
E ela é minha amante.

Juntos, temos o que contar. (POTIGUARA, 2018, p. 66)

Esse poema é composto de treze versos e o vocábulo “não” aparece em quatro deles, inclusive, ele inicia com uma negativa. A poeta propõe a escrita de um poema, mas deixa claro que não pretende seguir as supostas regras para essa escrita. No décimo verso, há um pressuposto de que esse fazer poético não é trabalho, porque não segue as regras. Essa desobediência tem um efeito pejorativo, explicitado no verso onze. Todavia, no último verso, podemos ver reiterado o compromisso que o eu poético estabelece consigo e com a vida, de se contar, independente da

avaliação de um suposto “outro” que aparece indeterminado em “Se dizem”: “Não me importo/ Se dizem que não trabalho/ Sou vagabunda da vida/ E ela é minha amante.”

A escritora Graça Graúna discorre sobre a literatura indígena que não busca o reconhecimento institucional, que não se importa com o que é dito sobre a literatura indígena, como nos versos citados de Potiguara. A literatura indígena, segundo Graúna (2013, p. 61), tem uma finalidade em si mesma, é uma literatura de resistência: “Resistência, sobrevivência: essa particularidade da literatura que trafega na contramão, a exemplo da atual manifestação literária de autoria indígena e de seus descendentes no Brasil”.

Como literatura de resistência, ela é a literatura da própria história do indígena entre o autobiográfico e o ficcional. Como Jurupiranga e Cunhataí, os personagens representam os indígenas brasileiros e seus reveses. Potiguara relata em seu texto que a mulher indígena passou por vários massacres, além do racismo, e sobreviveu devido à criatividade, por serem pajés, visionárias, curandeiras e guardiãs do planeta.

Segundo a escritora Potiguara (2019, p. 61), ao se referir à mulher indígena, “Seu inconsciente coletivo ancestral refloresce a cada ato de criação delas, porque são capazes de beijar as cicatrizes do mundo, num ato de caridade”. É essa voz feminina, ciente da sua importância e da legitimidade do espaço que deveria ocupar, que conta a seus filhos qual o lugar em que são colocadas, mas que se nega à subalternização.

Considerações finais

Nos poemas analisados, podemos sentir o pulsar das sensações características da obra poética. Estamos diante de um texto poético performativo em que, ao lê-lo, vivencia-se, no momento da leitura, o que foi concedido pelas letras. Consegue-se por meio da leitura perceber “a materialidade, o peso das palavras, sua estrutura acústica e as reações que elas provocam em nossos centros nervosos. Essa percepção está lá. Não se acrescenta, ela está” (ZUMTHOR, 2014, p. 55). Essas reações provocadas no leitor são como “uma espuma de linguagem que se forma sob o efeito de uma simples necessidade de escritura” (BARTHES, 1987, p. 9). Sente-se a dor do descaso, a violência, o abandono no poema, reatualizado por meio das memórias dos antepassados e da importância dessas memórias na construção da identidade do eu poético, sendo possível a comparação do que aconteceu em tempos passados e o que acontece no presente.

É possível também reconhecer a linha de ancestralidade, o que há em comum entre os indígenas à época da invasão pelos portugueses, com os indígenas hoje. Por meio da poesia, Potiguara materializa as memórias tanto ancestrais, como as próprias memórias. São os povos “que ficaram esquecidos pelas bordas do planeta [...] São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes – sub-humanidade” (KRENAK, 2020, p. 21). Reconstitui-se o passado de escravidão e colonialismo, evidenciando que a condição de estar à margem ainda persiste.

Além do que, tanto a literatura oral como a escrita indígena, segundo Graúna (2013, p. *Diadorim*, Rio de Janeiro, vol. 24, número 1, p. 408- 422, 2022.

66), não ocupam as “vitrines” por problematizarem as diferenças e, por isso, são consideradas um discurso “subliterário”. Por meio da análise dos poemas, podemos perceber que, além da denúncia de violência sofrida por esses povos etnicamente subalternizados, o lirismo da escritora ressoa em seus versos.

A literatura atua em favor da democracia do saber, do exercício da alteridade, do respeito às diversas comunidades, do direito à pluralidade e está aberta a ressignificações. Para efeito desta análise, acreditamos ser possível contribuir com a produção e a disseminação dos estudos sobre a produção literária sob um viés decolonial – abarcando intelectuais que pensam a contemporaneidade sem tentar apagar a existência do colonialismo. É necessário problematizar essas questões no presente, para que barbáries e distorções da realidade possam ser dirimidas.

Referências

ALMEIDA, Maria Inês de; QUEIROZ, Sônia. *Na captura da voz: as edições da narrativa oral no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. Trad. J. J. Guinsburg. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1987.

BEZERRA, Kátia da Costa. *Vozes em dissonância: mulheres, memória e nação*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

CANCLINI, Néstor García. *Diferentes, desiguales y desconectadas. Mapas de la Interculturalidad*. Barcelona, Espanha: Paidós, 2004.

COSTA, Helene Rosa da. *Identidades e ancestralidades das mulheres indígenas na poética de Eliane Potiguara*. 2020. 265 f. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2020.3612>

GRAÚNA, Graça. *Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

JECUPÉ, Kaká Werá. *A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio*. 2ª ed. São Paulo: Peripólis, 2020.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LOBO, Luiza. *A literatura de autoria feminina na América Latina*. Disponível em: <http://members.tripod.com/~lfilipe/LLobo.html>. Acesso em: 20 jan. 2016.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 27-33.

MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar*. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

OLIVIERI-GODET, Rita. *Vozes de mulheres ameríndias nas literaturas brasileira e quebequense*. Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2020. Disponível em <http://www.edicoesmakunaima.com.br/images/livros/vozesdemulheres%20amerindias.pdf> (livre acesso)

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 2007, p. 49-57.

POTIGUARA, Eliane. *Metade cara, metade máscara*. 2 ed. Lorena: DM Projetos Especiais, 2018.

RAGO, Luiza Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SCHNEIDER, Liane. *Escritoras indígenas e a literatura contemporânea dos EUA*. João Pessoa: Ideia, 2008.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção, leitura*. Trad. Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Cosac Naify, 2014.